

EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 - NIRE 35.300.618.041

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

**I. Data, Horário e Local:** 17 de abril de 2025, às 15:00, no endereço da sede social da EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia") localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a conversão facultativa, a critério dos respectivos titulares, de ações preferenciais classe A de emissão da Companhia em ações ordinárias; (ii) a alteração e adequação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. **V. Deliberações:** Após as oportunas discussões, a totalidade dos acionistas decidiu, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a conversão facultativa, a critério dos acionistas da Companhia, de suas respectivas ações de emissão da Companhia e consignar a conversão facultativa realizada pelos acionistas, conforme detalhado no Anexo II desta ata. (ii) em razão da aprovação da matéria (i) acima, aprovar a alteração da redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º** O capital social da Companhia é de R\$ 5.732.599,00 (cinco milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 264.786.792 (duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentas e oitenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias e 248.463.208 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e três mil, duzentas e oito) ações preferenciais ("Ações PN"), todas nominativas e sem valor nominal." (iii) de forma a refletir a deliberação acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passar a vigorar com a redação prevista no Anexo I desta ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. **VII. Assinaturas:** Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **Acionistas Presentes:** (i) EPR Participações S.A. (Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior); e (ii) Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IE (Por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Carolina Maria Rocha Freitas). A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo/SP, 17 de abril de 2025. JUCESP nº 140.666/25-4 em 29/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º.** A EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B", regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodovitários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 5.132.599,00 (cinco milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 264.786.792 (duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentas e oitenta e seis mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias e 248.463.208 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatrocentas e sessenta e três mil, duzentas e oito) ações preferenciais ("Ações PN"), todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas ("Assembleia Geral"). **Parágrafo 2º.** As Ações PN: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da Ação PN menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da Assembleia Geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas Ações PN, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 3º.** As ações preferenciais não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. **Parágrafo 4º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 5º.** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo 6º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **Parágrafo 7º.** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Parágrafo 8º.** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º.** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º.** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º.** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **Parágrafo 1º.** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **Parágrafo 2º.** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. **Parágrafo 4º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 5º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo 6º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10.** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas, se for o caso; e (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iii) transformação do tipo societário; (iv) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia; (v) registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vi) dissolução e liquidação da Companhia; (vii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (viii) apresentação de pedido de

recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (ix) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (x) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xi) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiii) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital; (xiv) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xv) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xvi) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xiv) abaixo; (xvii) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xviii) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou catistas; (xix) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xx) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xix) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxii) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxiii) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xiv) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e os quóruns previstos na Lei das S.A., as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12.** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser profícuos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **Parágrafo 1º.** Os membros da administração serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º.** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º.** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará mandato do substituído. **Parágrafo 4º.** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada administrador, exceto pelo previsto no artigo 10 (xii) acima. **Parágrafo 6º.** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **Parágrafo 2º.** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário aos interesses da Companhia. **Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência. **Parágrafo 2º.** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas de forma semipresencial ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **Parágrafo 4º.** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª (primeira) convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Parágrafo 5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 (dois) Conselheiros indicados por acionistas que tiverem, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 6º.** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **Parágrafo 7º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16.** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; (iii) fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral ordinária ou extraordinária, quando julgar conveniente; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e (vi) escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição, sendo admitida a cumulação de cargos. **Parágrafo 1º.** Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. **Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Banco Central do Brasil, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, quando houver, entidades administradoras de mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, aos mercados de balcão e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **Parágrafo 5º.** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **Parágrafo 6º.** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 18.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º.** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que, a critério de qualquer Diretor, for necessário, na presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, e tais reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros. **Parágrafo 4º.** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19.** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de

correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto ou (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras. Artigo 23.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) eventual saldo será distribuído de acordo com a deliberação da assembleia geral. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 25.** A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X. Acordo de Acionistas. Artigo 27.** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28.** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotcópias, autenticações, consulatações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII. Disposições Gerais. Artigo 29.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**





essenta e nove, seisentas e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **§ 2º.** Todas as despesas com desdobramento ou substituição de títulos representativos de ações correrão por conta do acionista. **Artigo 6º.** A ação é indivisível perante a sociedade, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Capítulo III – Assembleias Gerais:** **Artigo 7º.** A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e extraordinariamente quando houver necessidade, sempre convocada pelo presidente do Conselho de Administração ou por quem tenha competência para convocá-la, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (artigo 123). **§ 1º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número. **§ 2º.** As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei. **§ 3º.** Os acionistas serão convocados com antecedência mínima de oito dias a comparecer às assembleias gerais. A notificação de convocação deverá incluir (i) a data, hora e local da reunião; (ii) a ordem do dia; e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos assuntos incluídos na ordem do dia. O não recebimento da notificação pessoal nos termos deste parágrafo não invalida a convocação nos termos da Lei das Sociedades por Ações se todos os acionistas estiverem presentes. **§ 4º.** As deliberações dos acionistas serão lavradas em atas a serem devidamente assinadas pelos presentes, bastando, para a validade da ata, a assinatura dos titulares dos votos necessários para se atingir o quórum exigido para aprovação das deliberações tomadas na assembleia geral. **§ 5º.** Adir o quórum exigido para aprovação das deliberações tomadas na assembleia geral, o presidente da assembleia geral poderá, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes, o Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **Artigo 8º.** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral: (a) reformar o Estatuto Social da sociedade; (b) aumentar ou reduzir o capital social da sociedade, ou deliberar a emissão de quaisquer valores mobiliários que possam ser convertidos em ações da sociedade, bem como a criação de novas espécies e classes de ações da sociedade; (c) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração da sociedade e do Conselho Fiscal, quando este estiver instalado; (d) fixar o montante global de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando este estiver instalado; (e) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas; (f) autorizar a emissão de debêntures; (g) suspender o exercício dos direitos do acionista; (h) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (i) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (j) autorizar os administradores a confessar falência ou pedir recuperação judicial. **Capítulo IV – Administração:** **Artigo 9º.** A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§ 1º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos em livro próprio, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º.** A assembleia geral deverá estabelecer a remuneração total dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição e alocação entre os seus membros e os membros da Diretoria. **Seção 1 – Conselho de Administração:** **Artigo 10.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, com a possibilidade de igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral, com mandato de dois (dois) anos, permitida a reeleição. Dentre os eleitos, a primeira reunião ordinária do Conselho de Administração designará aqueles que ocuparão as funções de Presidente e de Vice-Presidente. **Artigo 11.** Exceto pela posição de Presidente, que será ocupada pelo Vice-Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer cargo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo vago. **Artigo 12.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida, por qualquer dos membros do Conselho de Administração. As reuniões serão convocadas e lavradas em livro próprio. **§ 1º.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos oito dias de antecedência, devendo della constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. **§ 2º.** A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades. **§ 3º.** Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que, na ocasião, (i) estiver representado por seu substituto ou pessoa legalmente nomeada, (ii) tiver enviado seu voto por escrito, ou (iii) estiver participando meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **§ 4º.** As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, também o voto de desempate. **Artigo 13.** O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da sociedade, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (b) eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os diretores da sociedade, fixando-lhes as atribuições que não estejam, especificamente, previstas no Estatuto ou em lei; papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos formalizados ou em via de formalização, e manifestar-se sobre documentos, relatório da administração e contas da Diretoria; (d) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente ou necessário; (e) escolher e destituir os auditores independentes da sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela sociedade; (f) apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias; (g) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão, se houver; (h) aprovar a estratégia global da sociedade, de médio e longo prazo; (i) examinar, aprovar e controlar o plano de negócios e orçamento anual e pluriannual da sociedade, bem como qualquer revisão, alteração ou atualização dos mesmos; (j) determinar o levantamento de balanços intermediários e intercalares e, com base em tais balanços, declarar dividendos intermediários; (k) declarar juros sobre capital próprio; (l) autorizar a abertura e extinção de filiais, sucursais e estabelecimentos da sociedade; (m) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com acionistas ou qualquer sociedade controlada, bem como a realização de qualquer operação com as sociedades controladas; (n) aprovar a criação, alteração ou cancelamento de planos de incentivo ou instrumentos similares para a sociedade; (o) propor à assembleia geral qualquer aumento ou redução do capital social da Companhia, não previstos em seu plano de negócios ou orçamentos anuais e/ou a emissão de quaisquer valores mobiliários, bem como a criação de novas espécies e classes de ações da Companhia; (p) propor assembleia geral qualquer operação de fusão, cisão, incorporação (inclusive incorporação de ações), ou outra operação com efeitos similares envolvendo a sociedade; (q) fixar os limites dentro dos quais a Diretoria fica autorizada a promover a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e a assinatura de contratos com terceiros; (r) aprovar ou alterar a política de distribuição de dividendos da Companhia; e (s) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria. **Seção II – Diretoria:** **Artigo 14.** A sociedade terá uma Diretoria constituída da

o mínimo, 2 (dois) e, máximo, 12 (doze) diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração. Dos diretores, um será o Diretor Presidente e, os demais, Diretores sem denominação específica. **Artigo 15.** Os diretores terão prazo de mandato unificado de dois anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas assembleias gerais ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos e ocupar mais de um cargo. **Parágrafo Único.** A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu. **Artigo 16.** Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração dentre os diretores remanescentes, em reunião a ser convocada no prazo de cinco dias depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo a vaga de um dos demais cargos da Diretoria, caberá ao Presidente do Conselho de Administração promover o preenchimento do cargo, por pessoa que o exercerá, interinamente, até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento, quando se provará o cargo em definitivo. **Parágrafo Único.** O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo remanescente do mandato do diretor que houver sido substituído. **Artigo 17.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos anualmente. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido. **§ 1º.** As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, ou por quaisquer dois diretores em conjunto. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou, de dois, se só houver dois diretores em exercício. **§ 2º.** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **Artigo 18.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei, atribuída a competência, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração, aos órgãos de fiscalização, entre outros, e, ainda, as seguintes: **(a)** zelar pela observância da lei e deste Estatuto; **(b)** zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; **(c)** administrar, gerir e superintender os negócios sociais; **(d)** submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes (se houver), bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; **(e)** elaborar o plano de organização da sociedade e emitir as normas correspondentes; **(f)** elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da sociedade, abrangendo, dentre outros, planos comercial, financeiro e de recursos humanos, a serem submetidos pelo Diretor Presidente ao Conselho de Administração; **(g)** informar ao Conselho de Administração, na pessoa de seu Presidente a respeito de qualquer questão de importância singular para os negócios da sociedade; e **(h)** buscar a contínua melhoria do clima organizacional e de resultados. **Artigo 19.** A representação da sociedade, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, exclusivamente para fins administrativos, compete a um diretor, isoladamente. **Parágrafo Único.** A Diretoria poderá, em reunião, indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticas conferidas por este Estatuto ou pela Diretoria, a ela própria ou a qualquer diretor. **Artigo 20.** As escrituras de qualquer natureza, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a sociedade, serão obrigatoriamente assinados: **(a)** pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro diretor, quando o valor agregado envolvido for igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); **(b)** por dois diretores em conjunto, quando o valor agregado envolvido for igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observada a limitação prevista no item acima; **(c)** por um diretor, em conjunto com um procurador, quando o valor agregado for igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observadas as limitações previstas nos itens acima; ou **(d)** por um diretor, isoladamente, ou dois procuradores agindo em conjunto, com poderes especiais para tanto, quando o valor agregado for inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observadas as limitações previstas nos itens acima. **Artigo 21.** As procurações conferidas pelo Acordo de Administração, em conformidade com o que for estabelecido nas disposições específicas, os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 22.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião, obedecidos os limites fixados pelo Conselho de Administração. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 23.** O Conselho Fiscal da sociedade, que será integrado por 3 (três) membros efetivos, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Lucro: Artigo 24.** O exercício social terá início em 10 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 25.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Parágrafo Único.** Mediante deliberação da assembleia geral, poderão ser levantados balancetes intermediários e intercalares para apuração e distribuição de resultados. **Artigo 26.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ 1º.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **(a)** quota destinada à constituição da reserva legal; **(b)** importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas firmadas em exercícios anteriores; e **(c)** lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **§ 2º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a sociedade poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da assembleia geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Transformação: Artigo 27.** A sociedade poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação de acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. **Capítulo VIII – Liquidação: Artigo 28.** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 29.** A sociedade e seus administradores deverão obedecer o presente Acordo de Administração, e, ainda, aplicar-se-ão as leis e normas previstas na legislação devidamente emitida e registrada, e os seus administradores, em nome da assembleia geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, computar voto de qualquer acionista signatário do Acordo de Acionistas, que seja proferida em desacordo com tal acordo, sendo também expressamente vedado à sociedade aceitar e proceder à transferência e/ou operação de ações, bem como à cessão de direitos sobre tais ações em observância ao disposto em Acordo de Acionistas que a vincule. **Artigo 30.** Em caso de discrepância entre os termos do Acordo de Acionistas, conforme aplicável, e do presente Estatuto Social, os termos do referido acordo deverão prevalecer entre os seus acionistas signatários. **Artigo 31.** Nos casos omissos ou devidos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 142.610/25-2 em 05/05/2025. Aloizio Eufânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## São Paulo

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)**





Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37 – NIRE 35.300.056.001  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária (A.G.O) realizada em 23 de abril de 2025**  
Aos **23 de abril de 2025 às 09:00 horas**, na sede social na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital. Presenças – acionistas detentores de 100,00% do capital social e votante da Brassinter S/A Indústria e Comércio, conforme assinaturas apostas no livro “Presença de Acionistas”. Convocação – O edital de convocação foi publicado no jornal Data Mercantil, nas versões impressa e digital, nos dias 09, 10 e 11 de abril de 2025. Pelos presentes foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Ary Frederico Torres Neto que, como Presidente da Mesa, convidou a mim, Thays Regina Martins Fontes Moreira para Secretária. Ordem do dia em **Assembleia Geral Ordinária** – (I) Discutir e aprovar o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2024; (2) Eleição da Diretoria; (3) Fixação da remuneração dos administradores; e (4) Demais assuntos de interesse da Companhia. **Em seguida**, o senhor Presidente da Mesa colocou para discussão **ordem do dia**, e foram aprovados: (1) o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2024. (2) Para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026 foram eleitos: como Diretor Superintendente o Sr. Ary Frederico Torres Neto, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 6.347.970-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.705.358-37; como Diretora sem designação especial a Sra. Maria Isabel Duarte da Silva, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 7.806.228-7 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 852.308.478-91, todos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital. Os diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estavam impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, declarações estas que foram devidamente arquivadas na sede da companhia. (3) Para o exercício de 2024, foi aprovado o limite global de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) para a remuneração da Diretoria, a ser individualizado na forma estatutária. (4) Neste ato, os acionistas presentes aprovam por unanimidade todas as decisões da Diretoria tomadas em reuniões realizadas até esta data. Quórum de aprovação – Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Encerramento – Não havendo outros assuntos a serem tratados foi colocada a palavra à disposição dos senhores acionistas e, na ausência de manifestações, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia da qual foi lavrada esta ata na forma de sumário dos fatos que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 23 de abril de 2025. Ary Frederico Torres Neto – Presidente da Mesa, Thays Regina Martins Fontes Moreira – Secretária da Mesa. Acionistas: Ary Frederico Torres Neto, Ary Frederico Torres Neto , Maria Cristina Nascimento Torres, EIRIZ Participações Ltda. (representada, por procuração, por Thays Regina Martins Fontes Moreira, OAB/SP 87.034), ITEROLIX Participações Ltda. (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Maria Aparecida Torres de Mello Einhorn (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Laura Mello Melaragno (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Stella Mello Melaragno (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Luiz Felipe Salles de Mello (representado, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Carolina Salles de Mello Gabriades (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello), Fernanda Salles de Mello Amaral (representada, por procuração, por Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello). A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Thays Regina Martins Fontes Moreira – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 142.750/25-6 em 05/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824 – Companhia Aberta  
**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2025**  
1 **Data, Hora e Local:** Em 27 de março de 2025, às 15:00, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Pet Center Comércio e Participações S.A. (“Companhia”). 2 **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva, restando dispensada a convocação. 3 **Mesa:** Presidida pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimmerman. 4 **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a proposta da administração, a ser submetida à AGO (conforme abaixo definido), com relação à Ordem do Dia da AGO (conforme abaixo definido); (ii) a convocação da assembleia geral ordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2025 para deliberar sobre a Ordem do Dia da AGO (“AGO”); e (iii) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. 5 **Deliberações:** Instalada a reunião e após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: (i) aprovar a proposta da administração, a ser submetida à AGO, com relação às seguintes matérias: (a) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) aprovação das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (c) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (d) re ratificação da fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2024, de forma que o Conselho de Administração da Companhia permaneça composto por 6 (seis) membros efetivos durante o mandato em curso; e (e) fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 (em conjunto, “**Ordem do Dia da AGO**”); (ii) aprovar, nos termos artigo 16, item “V”, do estatuto social da Companhia, a convocação da AGO, bem como a submissão da respectiva proposta da administração ao exame, discussão e votação da AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO serão oportunamente divulgados aos acionistas; e (iii) aprovar a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. 6 **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme concordância de todos os presentes. Mesa: Sr. Claudio Roberto Ely (Presidente) e Sra. Tania Zimmerman (Secretária). Conselheiros presentes: Sr. Sergio Zimmerman; Sra. Tania Zimmerman; Sr. Gregory Louis Reider; Sr. Claudio Roberto Ely; Sr. Eduardo de Almeida Salles Terra e Sr. Ricardo Dias Mieskalo Silva. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 27 de março de 2025. Mesa: **Claudio Roberto Ely** – Presidente; **Tania Zimmerman** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 142.482/25-0 em 05/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS (“Companhia”) devidamente convocados a se reunirem em **14 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.  
**Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente**  
(06, 07 e 08/05/2025)

BRT Amazônia S.A.

CNPJ/MF nº 55.272.823/0001-68  
**ERRATA - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais em 31/12/2024**  
Comunicamos que a publicação das Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais em 31/12/2024 nas versões Impressa e Digital realizada no dia 07/05/2025 no Jornal Data Mercantil, teve o seguinte conteúdo retificado: No cabeçalho onde consta o CNPJ da Empresa: **• Onde se lê:** “57.965.587/0001-90”; **• Leia-se: “55.272.823/0001-68”.**

TMF Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 51.498.963/0001-06 – NIRE 35.300.619.731  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025**  
1. **Data, Hora e Local:** realizada em 22 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **TMF Securitizadora S.A.**, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040 (“**Companhia**”). 2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas na lista de presença dos acionistas da Companhia que foi autenticada pela mesa e que será arquivada no “Livro de Registro de Presença de Acionistas” mantido na sede da Companhia. 3. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). 4. **Composição da Mesa:** Presidida pelo Sr. **João Grasseschi Mathias Duarte** e secretariada pela Srta. **Carla Araujo Ribeiro**. 5. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) consignar o recebimento da renúncia apresentada pelo Sr. **João Grasseschi Mathias Duarte** ao respectivo cargo de **Diretor de Compliance**; (iv) eleição e reeleição dos membros da diretoria da Companhia para os cargos de (a) **Diretor de Securitização**; (b) **Diretor de Distribuição**; (c) **Diretor de Suitability**; (d) **Diretor de Compliance**; e (e) **Diretores sem designação específica**, para o mandato unificado de até 2 (dois) anos a contar da presente data, que deverão permanecer em seus respectivos cargos até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026; e (v) alterar o Jornal de Publicação da Companhia. 6. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, após exame e discussão deliberaram por, sem quaisquer restrições, da seguinte forma: (i) Aprovar, sem reservas ou ressalvas, as contas dos administradores e o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Aprovar, sem reservas ou ressalvas, que, em face dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 94.477,24 (noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, não haverá destinação de valores à constituição de reserva legal e a reserva de contingências, bem como não haverá distribuição de dividendos; (iii) consignar o recebimento da renúncia apresentada pelo Sr. **João Grasseschi Mathias Duarte**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 19.683.489-2 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 260.961.998-79, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040, ao respectivo cargo de **Diretor de Compliance**, com efeitos conforme carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data, na forma do **Anexo I** à presente ata; (iv) Tendo em vista o término do prazo de mandato da Diretoria da Companhia, que se encerrará em 27 de junho de 2025, os acionistas decidem, visando unificar os prazos de mandato da Diretoria da Companhia, pela eleição e reeleição de membros, com efeitos a partir desta data e pelo prazo de 2 (dois) anos, encerrando-se, portanto, na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, conforme Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento, nos termos abaixo indicados: (a) reeleger o Sr. **Diogo Rocha Malheiros**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 27.722.999-6 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 220.685.768-56, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040, aos cargos de **Diretor de Securitização**, **Diretor de Distribuição** e **Diretor de Suitability**, com as seguintes responsabilidades perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”): (a) atividades de securitização, nos termos do inciso I, do artigo 5º, da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, da CVM (“**Resolução CVM nº 60**”, respectivamente); (b) pela atividade de distribuição de títulos de securitização de emissão da Companhia, nos termos do § 1º do artigo 5º da Resolução CVM nº 60; e (c) pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução nº 35, de 26 de maio de 2021, da CVM (“**Resolução CVM nº 35**”, e no Manual Operacional de Distribuição da Companhia; e (iv) pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução nº 30, de 11 de maio de 2021, da CVM (“**Resolução CVM nº 30**”); (b) eleger a Sra. **Suzana Akiko Shiraiishi Maruyama**, brasileira, casada, internacionalista, portadora da cédula de identidade RG nº 32.748.900-5 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 268.542.258-76, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040, ao cargo de **Diretora de Compliance**, com as seguintes responsabilidades perante a CVM: (a) pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos, nos termos do inciso II, do artigo 5º, da Resolução CVM nº 60; (b) pelo cumprimento das normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, nos termos da Resolução nº 50, de 31 de agosto de 2021, da CVM; e da alínea (c) do inciso I, bem como do inciso II do artigo 43 da Resolução CVM nº 60; e (c) pela verificação da implementação, aplicação e eficácia das regras constantes da Resolução CVM nº 35 e do Manual Operacional de Distribuição da Companhia; (c) eleger o Sr. **João Grasseschi Mathias Duarte**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 19.683.489-2 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 260.961.998-79, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, nº 939, Torre I, 10º andar, sala 2, Edifício Jacarandá, Tamboré, CEP 06460-040, ao cargo de **Diretor** sem designação específica; Os Diretores ora eleitos conforme item (iv), alíneas (a) a (d) acima **(a)** declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercerem a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, dessa forma, não estando incursos em quaisquer crimes previstos em lei que impeça de exercer atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; **(b)** tomarão posse, nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posses e de Declarações de Desimpedimento constantes nos **Anexos II, III e IV** à presente, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia; e **(c)** exercerão seu mandato de forma unificada pelo prazo de 2 anos, encerrando-se, portanto, na data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026. **(v)** alterar o jornal de publicação de Companhia para as publicações legais exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas, que passarão a ser, a partir desta data, publicadas conforme aplicável, no jornal “Data Mercantil”. 7. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Após a lavratura da ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa: **João Grasseschi Mathias Duarte**; Secretário da Mesa – **Carla Araujo Ribeiro**. Acionistas: TMF Brasil Administração e Participações Ltda. e TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. Barueri, 22 de abril de 2025. João Grasseschi Mathias Duarte – Presidente da Mesa – Assinado digitalmente; Carla Araujo Ribeiro – Secretária – Assinado digitalmente. **Acionistas: TMF Brasil Administração e Participações Ltda. Por: João Grasseschi Mathias Duarte** – Cargo: Diretor – Assinado digitalmente; **TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. Por: João Grasseschi Mathias Duarte** – Cargo: Diretor – Assinado digitalmente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 140.399/25-2 em 29/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471  
**Editai de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**  
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. (“Companhia”)** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 dias de maio de 2025, às 17:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **(i)** exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item “I”. Barueri, 08 de maio de 2025. **Thiago Lolkus Nigro** , Presidente do Conselho de Administração.  
(08, 09 e 10/05/2025)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Grupo Multi S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - Código CVM nº 02603-4 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

**Grupo Multi S.A.** ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de junho de 2025, às 8h00min, de modo exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-001, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Aprovar os seguintes atos e documentos relativos à cisão parcial da Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A. ("Giga"), com versão do acervo cindido para o Grupo Multi S.A. ("Operação"); **(1)** o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A., com Versão do Acervo Cindido para o Grupo Multi S.A." ("Protocolo"); **(2)** a ratificação da nomeação e a contratação da empresa de avaliação Investor Avaliações Consultoria Ltda., como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação patrimonial contábil do acervo líquido cindido da Giga ("Laudo de Avaliação"), a serem verificados para a Companhia; **(3)** o Laudo de Avaliação; **(4)** a proposta de cisão parcial da Giga, com versão do acervo líquido cindido para a Companhia, nos termos e condições previstos no Protocolo; e **(5)** a autorização para a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e providências necessários à implementação da Operação. **Informações Gerais:** A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância na plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"); e (b) boletins de voto a distância. A Companhia entende que a realização da Assembleia em formato digital é a alternativa mais adequada para promover a ampla participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica. Essa abordagem busca facilitar o acesso às discussões e deliberações da Assembleia, garantindo maior inclusão e engajamento dos acionistas, além de contribuir para a eficiência e sustentabilidade do processo, ao reduzir custos e impactos logísticos associados a deslocamentos e estruturas físicas. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (<https://assembleia.ten.com.br/058355546>) e realizar o seu cadastro, imprimevavelmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 31 de maio de 2025, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro"). Após realizar o Cadastro na Plataforma Digital, o acionista receberá, no e-mail cadastrado, uma confirmação do registro enviada pela própria Plataforma Digital, contendo as informações de acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação. Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia 31 de maio de 2025 (inclusive). Somente poderão participar da Assembleia aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador à Companhia na data da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital será exclusivo para acionistas, seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio do endereço eletrônico acima, cópias dos seguintes documentos: **(i)** caso o acionista seja pessoa física, cópia simples do documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); **(ii)** caso o acionista seja pessoa jurídica, cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante; e **(iii)** conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) último contrato ou estatuto social consolidado; e (b) os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: (a) pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e (b) pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM n.º RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2010, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia também não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Nesse caso, fica o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos acima descritos. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que as informações e documentos deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Digital. Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá confirmação do seu credenciamento para participação na Assembleia no endereço de e-mail informado no preenchimento do Cadastro. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@grupomulti.com.br](mailto:ri@grupomulti.com.br), com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. A Companhia esclarece, por fim, que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, acionista ou acionistas titulares de, no mínimo, 2% do capital social com direito a voto poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://ri.multilaser.com.br/>), e foram enviados à CVM (<https://gov.br/cvm>) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 7 de maio de 2025. **Alexandre Ostrowiecki**, Presidente do Conselho de Administração. (08, 09 e 12/05/2025)

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de maio de 2025, às 16:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Seção VIII do Capítulo II do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **• em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) tomar as contas dos administradores; **• em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) aprovar a reforma global do estatuto social da Companhia, bem como a sua consequente consolidação. **Informações e Instruções Gerais:** Os acionistas que desejarem participar da Assembleia, deverão acessar o website <<https://assembleia.ten.com.br/249275797>>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, **em até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos ("Cadastro")**. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia: (a) caso aplicável, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei; e (b) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade do representante legal do acionista ou do procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento ou do seu procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <<https://assembleia.ten.com.br/249275797>>. Por ocasião da realização do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Nos termos da IN DREI 81, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas (ou seus representantes legais ou procuradores, conforme o caso) que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos apresentados, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail <[ri@mobly.com.br](mailto:ri@mobly.com.br)>. São Paulo, 7 de maio de 2025. **Marcelo Rodrigues Marques**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 08 e 09/05/2025)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração

**realizada em 13 de março de 2025. Lavrada na forma de Sumário.**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 13 de março de 2025, às 14h, por meio eletrônico e presencial, na sede da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("Companhia"), nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), estando ausente somente o Conselheiro Norberto Lanzara Giangrande Júnior nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: **(i)** Regulamento da Plataforma da CSD BR – Módulos De Registro, de informativos, de Depósito Centralizado e de Compensação e Liquidação de Ativos; **(ii)** Glossário; **(iii)** Política de Compliance; **(iv)** Política de Divulgação de Informações; **(v)** Autoavaliação da observância aos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro (PFMI); **(vi)** Política de Gestão de Riscos e Controles Internos; **(vii)** Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos; **(viii)** Política De Prevenção à lavagem de Dinheiro, ao Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP); **(ix)** Reeleição de Marcelo Huberman Wolak, brasileiro, economista, portador da cédula de RG nº 28.202.066-4, como membro do Conselho de Fiscalização e Supervisão, com mandato de 03 (três) anos, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio). São Paulo, 13 de março de 2025. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wei Yiu; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 141.345/25-1 em 30/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá

CNPJ nº 09.134.807/0001-91 – NIRE 35500759561 – Companhia Fechada

Rua Xavantes, 1880 – Jardim Aeroporto – Guaratinguetá – SP – CEP 12512-010

**Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação**

Por solicitação do acionista Município de Guaratinguetá, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Antônio Gilberto Filipo Fernandes Junior, ficam os senhores Acionistas convocados para, na forma do disposto nos artigos 12 e 13 do Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária desta Companhia, a ser realizada no dia **14/05/2025, às 09h00**, no Gabinete do Prefeito do Município de Guaratinguetá, situado na Rua Aluisio José de Castro, n.º 147, Chácara Selles, Município de Guaratinguetá/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Tomada das contas dos administradores; **2.** Deliberação e aprovação das demonstrações financeiras; **3.** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Os conselheiros de administração também estão convocados para participarem da Assembleia Geral designada. Guaratinguetá, 05/05/2025. **Edilson Aleixo de Oliveira**, Conselheiro de Administração. (08, 09 e 10/05/2025)

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

